



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Ana Isabel Ribeiro Couto

**Violência Íntima Feminina e Perceção de Desigualdade de
Género: Um Estudo Exploratório**

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Joana Cabral

Setembro 2019



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Ana Isabel Ribeiro Couto

**Violência Íntima Feminina e Perceção de Desigualdade de
Género: Um Estudo Exploratório**

Tese de Mestrado

Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Trabalho realizado sob a orientação da

Professora Doutora Joana Cabral

Dissertação defendida em provas públicas na
Universidade Lusófona do Porto no dia
14/11/2019, perante o júri seguinte:

Presidente: Prof^a Doutora Inês Martins
Jongenelen

Arguente: Prof^a Doutora Sónia Maria Martins
Caridade da Universidade Fernando Pessoa

Orientador: Prof^a Doutora Joana Maria Barreto
Ramos de Almeida Cabral

É autorizada a reprodução parcial desta dissertação apenas para efeitos de investigação,
mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete

Agradecimentos

Queria agradecer em primeiro lugar aos meus pais, por todos os sacrifícios que fizeram por mim. Agradeço a força que me deram nos momentos mais difíceis e por terem acreditado em mim, mesmo quando eu não acreditava.

Quero agradecer à Ana Rita por me ter ajudado neste percurso, e por se mostrar disponível para me ajudar sempre que precisei.

E por último, queria agradecer à professora doutora Joana Cabral por ter sido um apoio fundamental nesta etapa e por nunca ter desistido de mim.

Resumo

A investigação sobre o fenómeno de violência nas relações íntimas (VRI) tem-se focado, quase na totalidade, nos comportamentos violentos praticados por homens. O que faz com que ainda pouco se saiba sobre os comportamentos violentos adotados pelas mulheres. A escassez de investigação sobre a VRI praticada pelas mulheres, é ainda acompanhada de uma ausência de consenso sobre os motivos que as levam a agredir os companheiros. O maior foco na violência praticada pelos homens poderá dever-se ao facto de a maioria dos investigadores olharem para este fenómeno tendo como base a organização patriarcal da sociedade. Contudo, alguns investigadores defendem que a sociedade patriarcal poderá também estar na base dos comportamentos agressivos praticados por mulheres. O presente estudo tem como principal objetivo compreender a em que medida a maior ou menor conformidade com papéis de género tradicionais pode influenciar a adoção de comportamentos violentos, por parte das mulheres. A amostra inclui 318 participantes, do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos ($M = 28.37$, $DP = 10.132$, $Mo = 18$). Os instrumentos administrados avaliaram a perceção de desigualdade de género e de conflitos associados à mesma, a vergonha interna, as atitudes relativamente ao género e os comportamentos abusivos no contexto da relação de intimidade. Os resultados sugerem que a menor conformidade com papéis de género tradicionais está associada a uma maior perceção de ameaça ao valor próprio e à relação, face a situações de conflito que evocam papéis de género tradicionais e/ou podem representar transgressões face a estes papéis. As estratégias de desvalorização parecem ser as mais usadas em situações de desigualdade de género e dos conflitos associados.

Palavras-chave: violência nas relações íntimas, papéis de género tradicionais, desigualdade de género

Abstract

Research on the phenomenon of intimate partner violence (IPV) is now almost exclusively focused on the violent behavior of men. This results in little knowledge about the violent behaviors adopted by women against their intimate partners. The scarcity of research on women's IPV is accompanied by a lack of consensus on the reasons why women abuse their partners. The greater focus on male violence may be due to the fact that most researchers look at this phenomenon based on the patriarchal organization that our society presents. However, some researchers argue that patriarchal society may be also the basis of aggressive behavior by women. The present study has as the main objective to understand how the higher or lower conformity with traditional gender roles can influence the adoption of violent behaviors, by the women. The sample included 318 female participants, age ranged by 18-64 years ($M = 28.37$, $SD = 10.132$, $Mo = 18$). The administered instruments evaluated the perception of gender inequality and associated conflicts, internal shame, gender attitudes, and abusive behaviors in the context of the relationship of intimacy. The main results suggest that lower compliance with traditional gender roles is associated with a greater perception of threat to self-worth and to the relationship in face of conflict that evoke gender roles and/or transgressions to traditional gender roles. Devaluation seems to be the most adopted strategy adopted in face of conflicts around gender inequality.

Keywords: intimate partner violence, traditional gender roles, gender inequality

Índice

Índice de Tabelas	vii
Violência Íntima Feminina e Percepção de Desigualdade de Gênero: Um Estudo Exploratório	8
Método	12
Participantes	12
Instrumentos	12
Procedimentos	13
Resultados	15
Discussão	17
Referências Bibliográficas	21

Índice de Tabelas

Tabela 1. Correlação de Pearson: Conformidade com papéis de gênero tradicionais, ameaça à relação e ameaça ao valor próprio	16
Tabela 2. Correlação de Pearson: Conformidade com papéis de gênero, estratégias agressivas, estratégias de protesto, estratégias de desvalorização e estratégias neutras	16
Tabela 3. Correlação de Pearson: Conformidade com papéis de gênero, atribuição a causas externas e atribuição ao parceiro	17

Violência íntima Feminina e Percepção de Desigualdade de Género: Um Estudo Exploratório

A violência nas relações íntimas (VRI) é um fenómeno de elevada relevância social, sendo considerado por alguns autores como um problema de saúde e saúde mental (Hines & Douglas, 2009; Kimmel, 2002; Krantz, 2002).

O fenómeno de VRI engloba todos os atos violentos perpetrados por qualquer parceiro íntimo, mesmo após a relação ter terminado. Estes atos podem ocorrer em qualquer tipo de relação (e.g., casamento, relação de longa-duração, relação de curta-duração) e podem ainda assumir diferentes formatos: violência física, violência sexual, violência psicológica, controlo económico ou negligência (Day et al., 2003; Harvey, Garsia-Moreno, & Butchart, 2007; Krug, Mercy, Dahlberg, & Zwi, 2002). Atualmente, este fenómeno, bem como as diferenças e semelhanças da violência praticada consoante o género, ainda não é compreendido na sua totalidade (Orcutt, Garcia, & Pickett, 2005).

Em Portugal, o número de indivíduos sinalizados como agentes perpetradores de VRI é de 26 483, sendo que 5% dos condenados devido à prática de violência doméstica são mulheres (DJPG, 2018). A dimensão destes números, juntamente com o impacto do fenómeno, impõe que a VRI seja investigada e aprofundada pela comunidade científica.

A investigação realizada com o objetivo de compreender a VRI têm sido direcionada, na sua maioria, para os casos em que os indivíduos do género masculino são categorizados como agressores e os do sexo feminino como vítimas. O facto de existir maior prevalência de casos denunciados em que os perpetradores são do sexo masculino, e as consequências destes mesmos casos serem mais graves, poderá explicar o foco da investigação na violência sofrida por mulheres (Felson, 2010; Hines, Brown, & Dunning, 2007; Melton & Belknap, 2003; Straus, 2009; Walker, Ashby, Gredecki, & Tarpey, 2018).

Há investigadores, ainda que em menor número, que defendem, todavia, que as mulheres iniciam tantas ou mais vezes a agressão (Archer, 2000; Clark, Beckett, Wells, & Dungee-Anderson, 1994; Stets & Straus, 1989). Por este motivo, a violência praticada pelas mulheres deve ser considerada um problema sério, e que precisa de ser estudado em maior profundidade (Simmons, Lehmann, Cobb, & Fowler, 2005; Straus, 2009).

Uma das razões que poderá explicar o menor número de casos reportados às autoridades ou entidades de proteção à vítima, em que os homens são as vítimas, pode

prender-se com o facto de estes apresentarem maior dificuldade em reportar/denunciar os casos em que são vítimas. Esta dificuldade acontece porque a sociedade, em geral, tende a subestimar as consequências provenientes dos atos de violência praticados por mulheres (Babcock, Miller, & Siard, 2003; Simmons et al., 2005).

Também a falta de preparação dos serviços de apoio à vítima de VRI, para ajudar vítimas do sexo masculino, contribui para menor probabilidade destes casos serem reportados. Esta lacuna resulta da construção de serviços tendo por base os papéis de masculinidade tradicionais: os homens são mais fortes do que as mulheres, têm maior poder do que estas e, por conseguinte, têm capacidade de se defenderem (Addis & Mahalik, 2003; Archer, 2000; Hines & Douglas, 2009).

À semelhança da tendência internacional, o estudo da VRI praticada pelas mulheres em Portugal não tem recebido muita atenção (Machado & Matos, 2012). Por conseguinte, o número de estudos tanto na população portuguesa, como na população mundial sobre a matéria em questão é escasso.

Para melhor se compreender a forma como a sociedade aborda a VRI é necessário perceber as teorias que estão na sua base. No caso da VRI, as teorias feministas desempenharam um papel fundamental para que ocorressem as primeiras mudanças na forma como a sociedade encara a VRI (Straus, 2009).

O envolvimento das teorias feministas poderá explicar a propensão existente para se estudarem apenas as situações em que as mulheres são vítimas já que as teorias em causa, defendem que as mulheres apresentam menor probabilidade de iniciar a agressão e, quando o fazem, é para se defenderem (Caldwell, Swan, Allen, Sullivan, & Snow, 2009; D. Hines & Douglas, 2010; Makepeace, 1986). Estas teorias defendem ainda que os atos violentos surgem como uma reflexão da sociedade patriarcal e do sistema familiar incutido na sociedade atual, razões pelas quais a VRI acontece primordialmente de homens para mulheres (Ali & Naylor, 2013; Straus, 2009). As teorias feministas têm apresentado diferentes fatores que consideram estar na origem deste fenómeno. Um desses fatores é a desigualdade de poder na relação (Gomes, Diniz, Souza, & Coelho, 2007), assim como os recursos (e.g., financeiros, emoções ou aparência física) que são trazidos para a mesma, que podem proporcionar ao indivíduo a capacidade de exercer controlo sobre o companheiro (Babcock, Waltz, Jacobson, & Gottman, 1993). A sociedade patriarcal é, desta forma, vista como estando na base da VRI, praticada pelos homens (O'Leary, 2000). A VRI, à luz de uma sociedade patriarcal, pode ser entendida, através da aprendizagem social e de uma socialização em

torno de um papel de género masculino, em que o homem é retratado como dominante no seio familiar e, conseqüentemente, mais predisposto à adoção de comportamentos agressivos com o intuito de o conseguir garantir e manter essa posição de poder (Felson & Messner, 2000).

Além dos fatores nomeados acima, também os papéis de género tradicionais, em si mesmo expressões da sociedade patriarcal, podem contribuir para a VRI. Embora as teorias feministas exponham este fator para explicar a violência praticada pelos homens sobre as mulheres, o contrário pode igualmente ser efetuado: tantos os homens podem querer assegurar a sua masculinidade, como as mulheres podem querer atestar uma feminilidade não consonante com o papel tradicionalmente atribuído ao seu género (Gilbert, 2003; Mandelbaum, Schraiber, & D'Oliveira, 2016). No caso das mulheres, os valores patriarcais podem despoletar sentimentos de inferioridade, inadequação, baixa-autoestima, rejeição, humilhação e vergonha (Jimenez & Walkerdine, 2011), e estas podem recorrer a atos violentos por percecionarem os papéis de género atribuídos pela sociedade como sendo ofensivos e/ou limitadores.

Também a exposição a conflitos interparentais pode levar a que os indivíduos olhem, para os comportamentos de violência, como sendo estratégias válidas para resolução de conflitos. Esta realidade poderá levar indivíduos, de ambos sexos, a utilizarem estratégias agressivas para a resolução de problemas (Caridade & Machado, 2013).

Por tudo isto, alguns autores defendem a necessidade de alterar a conceptualização da VRI. Para estes autores não podemos abordar a VRI como sendo um problema de violência contra as mulheres, mas sim um problema que está presente em qualquer tipo de relação íntima (Melton & Belknap, 2003; Simmons et al., 2005). A VRI deve ser encarada como um problema humano e não como um problema exclusivo das mulheres (Mcneely, Cook, & Torres, 2008).

Para isso, deve-se adotar uma visão mais abrangente desta realidade. Uma das teorias, atualmente, mais aceite e usada para explicar o fenómeno em causa é a teoria ecológica. Esta teoria aponta diferentes visões sobre o fenómeno, defendendo que os comportamentos agressivos dos indivíduos são construídos através da interação dos mesmos com o ambiente em que estão inseridos (Ali & Naylor, 2013 as cited in Dasgupta, 2001). Esta teoria tem ainda em conta os fatores individuais, da comunidade, das relações e da sociedade (Ali & Naylor, 2013).

Quanto às características dos perpetradores de VRI, segundo alguns autores, a população feminina será constituída por um grupo de indivíduos heterogêneos, podendo a sua constituição ser dividida em duas tipologias: indivíduos que apenas agredem o seu parceiro íntimo, e os indivíduos que utilizam a violência de forma mais geral (Babcock et al., 2003; Simmons et al., 2005).

Para alguns autores a violência praticada pelos homens e por mulheres é diferente, enquanto para outros a violência praticada por ambos os géneros manifesta simetria quanto à perpetração, motivos, fatores de risco e efeitos (Kimmel, 2002; Straus, 2009).

Uma das características que levanta mais dúvidas são os motivos pelos quais as mulheres recorrem à violência. Apesar de começar a existir mais investigação nesse sentido, a verdade é que, na atualidade, ainda não há consenso sobre quais as razões que levam as mulheres a agredirem (Celeste Walley-Jean & Swan, 2009).

Na literatura, a autodefesa foi a causa mais vezes apresentada pelas mulheres para recorrerem à violência. Não obstante, outros estudos mostraram que as mulheres recorrem à VRI com outros objetivos entre eles, a intenção de exercer controlo sobre o companheiro e domínio da relação, a expressão de emoções negativas (e.g., raiva/frustração) e também como forma de resistência (Babcock et al., 2003; Caldwell et al., 2009; Graham-Kevan & Archer, 2009; Melton & Belknap, 2003; Simonelli & Ingram, 1998; Stuart et al., 2006).

Os principais objetivos deste estudo serão: (i) compreender a forma como são experienciados os conflitos íntimos que envolvem questões associadas à desigualdade de género e às prescrições de género tradicionais; (ii) explorar em que medida a maior ou menor conformidade com os papéis de género tradicionais influencia a adoção de comportamentos violentos. O facto deste estudo se debruçar sobre a violência íntima nas relações, olhando para as mulheres como as potenciais perpetradoras constitui, por si só, uma novidade no estudo das VRI. Também o uso de cenários de desigualdade nunca foi utilizado para o estudo da VIR, com mulheres como perpetradoras.

O presente estudo vem no seguimento dos estudos realizados por duas estudantes da Universidade Lusófona do Porto sobre a VRI.

As questões de investigação deste estudo serão: (i) será que o impacto dos conflitos íntimos que envolvem questões associadas à desigualdade de género está associada à maior ou menor conformidade com papéis de género tradicionais?; (ii) qual a associação entre a maior ou menor conformidade com os papéis de género

tradicionais e os comportamentos antecipados como prováveis face a conflitos relativos à desigualdade de género?

Método

Participantes

A amostra é constituída por 318 indivíduos, sendo que a informação reunida sobre 214 das participantes foi recolhida no âmbito de uma dissertação de mestrado anterior. A amostra é na sua totalidade do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 18 e 64 anos ($M = 28.37$, $DP = 10.132$, $Mo = 18$). A maioria da amostra identificava-se com a etnia europeia ($n = 183$, 57.5%), tinha nacionalidade portuguesa ($n = 289$, 90.9%), e a sua maioria pertencente ao distrito do Porto ($n = 164$, 51.6%). Da presente amostra,

No que diz respeito às habilitações académicas, 35.2% dos indivíduos completaram o ensino superior ($n = 112$, $IQQ = 1$). Encontravam-se empregadas 45.3% da amostra ($n = 144$).

Quanto ao rendimento mensal médio das participantes, estas encontram-se entre “mais de 1000 até 1500 euros” ($n = 86$, 27.0%). Da amostra, 106 (33.3%) indivíduos, dizem que após pagarem as contas ficam com um valor restante entre os 0 e 250 euros, sendo que a maioria da amostra ($n = 180$, 56.6%) considera que o seu rendimento mensal dá para viver.

Relativamente ao estado civil, a maioria das participantes reportaram estar solteiras ($n = 236$, 74.2%) e 234 encontrava-se numa relação (73.6%), sendo apenas 35.5% coabitam com o parceiro ($n = 113$). Da amostra recolhida, 303 indivíduos identifica-se como sendo heterossexual (95.3%), 3 como homossexuais (.9%), 6 como bissexuais (1.9%), e 5 preferiram não responder (1.6%).

Instrumentos

Questionário sociodemográfico. O instrumento referido terá como principal objetivo a recolha de informação pormenorizada sobre os participantes. As informações recolhidas através do mesmo são: idade, sexo, situação profissional, estado civil, escolaridade, local de residência, despesas, rendimento, constituição do agregado familiar, posição social e suporte social.

Cenários hipotéticos de avaliação da violência e da desigualdade (CHAVD)(CHAVD; J. Cabral, B. Pereira, & A. Oliveira, 2017) – este instrumento é

uma medida projetiva e exploratória que tem como objetivo avaliar o impacto emocional que situações de desigualdade percebida tem, assim como os comportamentos desencadeados por essas situações. É constituído por cinco cenários hipotéticos, relatados na 3ª pessoa. Para cada um dos cenários é pedido aos participantes que classifiquem a probabilidade de a personagem se sentir por exemplo, inferior ou envergonhada e se comportar de determinada maneira, por exemplo, agredir fisicamente ou virar as costas e recusar-se a falar mais com ele. Esta classificação é feita, tendo por base a perceção de ameaça ao valor próprio, a perceção de ameaça à relação e a perceção da probabilidade de recurso a comportamentos violentos. São ainda avaliados os motivos que podem ter levado a personagem a agir da forma que o fez. As respostas são recolhidas através de uma escala tipo *Likert*, com uma variação de um “*pouco provável*” a cinco “*muito provável*”. O instrumento foi adaptado, para este estudo, sofrendo pequenas alterações textuais, assim como o acréscimo de um cenário.

No primeiro cenário (cenário de assimetria estatuto profissional), a personagem feminina (Diana) ocupa um lugar de chefia no seu local de trabalho, ao contrário do companheiro (Manuel). Quando a Diana pede ao Manuel que a acompanhe a um jantar de trabalho este responde “onde é que já se viu um marido acompanhar a mulher para estas coisas”. Apesar de relutante o Manuel acaba por acompanhar a Diana ao jantar. No caminho para casa o Manuel mostra-se aborrecido porque acha que a Diana não lhe deu atenção suficiente e que esta parecia “...a pessoa mais importante do mundo e que eu ao teu lado sou um ignorante...”.

O cenário dois (cenário neutro) é representativo de uma situação neutra, ou seja, o conflito existente entre as personagens não é representativo de uma situação de desigualdade de género.

O terceiro cenário (cenário das tarefas domésticas) representa uma situação de desigualdade na realização de tarefas domésticas. Neste caso, a personagem feminina (Marta), pede ao marido (Carlos) para adiantar o jantar, ao que este lhe responde que não gosta de o fazer e que essa tarefa é da obrigação da Marta.

No quarto cenário (cenário da desigualdade profissional) ambos os membros do casal são advogados. Contudo, quando estes se candidataram ao Centro de Estudos Judiciários (CEJ), apenas a personagem feminina (Joana) ficou colocada como juíza. Perante esta situação o namorado (Ricardo) afirmou “Não sei como conseguiste, não faz sentido... não importa o quanto se estuda, importa quem tem o perfil certo e tu és mulher...”.

No quinto cenário (cenário assédio/controlo) está representada uma situação em que a personagem feminina (Gabriela) foi vítima de assédio sexual numa discoteca. Ao contar ao namorado (Miguel) este diz-lhe “É o que dá vocês andaram feitas frescas a sair sem os vossos namorados... e ainda foste vestida assim... de que estavas à espera?”.

Escala de atitudes pacíficas relativamente ao género (EARPG; Vaillancourt & Leaper, 1997; Versão portuguesa Andrade, 2006) – tem como objetivo avaliar os comportamentos relacionados com as atitudes dos papéis de género e à igualdade de direitos. É constituída por 25 itens, distribuídos em dois fatores. As respostas são fornecidas através de uma escala tipo *Likert* de um “*concordo totalmente*” a quatro “*discordo totalmente*”. Para o presente estudo a escala foi invertida, ou seja, as pontuações mais elevadas são representativas de mais atitudes face à desigualdade de género. Este instrumento apresentou uma consistência interna de .65 ($M = 42.31$; $DP = 4.98$).

Procedimentos

A recolha dos dados para o presente estudo foi conseguida através da recolha *online*, assim como presencialmente. Esta recolha teve como incidência uma amostra da comunidade, sendo de conveniência o procedimento de amostragem. A recolha realizada *online* foi conseguida através da disponibilização do protocolo na plataforma informática *Google Forms*. A divulgação do protocolo foi feita através do do *site* Wix e do Facebook. No que diz respeito à recolha dos dados presencialmente esta foi realizada junto da comunidade em geral. Aquando da participação os indivíduos foram informados sobre os objetivos do estudo, assim como o facto do anonimato e confidencialidade estarem assegurados. Foi ainda dito aos participantes que estes poderiam aceder aos resultados da investigação se assim o desejassem. Estas informações foram dadas recorrendo à utilização do consentimento informado, que foi assinado e guardado em separado, antes da administração das medidas. As análises estatísticas foram realizadas recorrendo ao programa *IBM Statistical Package for the Social Sciences* (IBM SPSS 22). De forma a ser realizada a caracterização da amostra foram realizadas estatísticas descritivas (e.g., média, desvio-padrão, frequências absolutas). Foram ainda em seguida utilizadas testes de diferenças (i.e., teste de *T* e MANOVA) e de associação (i.e., *Pearson*). Foram previamente verificadas as

características da distribuição amostral para as variáveis em estudo, tendo-se assegurado a possibilidade de aplicação de testes paramétricos.

Resultados

Num primeiro momento foram realizados, com o objetivo de analisar o impacto relativo das situações de conflito associadas à desigualdade de género, MANOVA's seguidas de testes *T* para medidas repetidas. Estes testes foram aplicados ao instrumento CHAVD. Os principais resultados conseguidos, através dos testes realizados, mostram não existir diferenças significativas entre o cenário quatro e cinco ao nível da perceção de ameaça ao valor próprio ($t(103) = .92, p = .36$), ou seja, o cenário quatro - representativo de uma situação em que a personagem masculina afirma que a personagem feminina não deveria ter sido escolhida para um determinado emprego por ser mulher - e o cenário cinco - representativo de uma situação em que a personagem masculina responsabiliza a companheira por ter sido assediada - apresentam impactos semelhantes ao nível da ameaça ao valor próprio.

Também não foram encontradas diferenças significativas entre o cenário dois e três ao nível da perceção de ameaça ao valor próprio ($t(314) = .98, p = .33$), ou seja, o cenário dois representativo de uma situação neutra no que diz respeito à desigualdade de género, e o cenário três, representativo de uma situação de desigualdade na divisão de tarefas domésticas, não apresentam diferenças significativas.

Relativamente às questões de investigação propostas, um dos objetivos do atual estudo passava por tentar compreender de que forma a conformidade com os papéis de género tradicionais se correlaciona com a reação emocional e comportamental das participantes. Mais concretamente, pretende-se dar resposta às seguintes questões: (Q1) Será que a perceção do impacto dos conflitos íntimos que envolvem questões associadas à desigualdade de género está associada à maior ou menor conformidade com papéis de género tradicionais? e (Q2) Qual a associação entre a maior ou menor conformidade com os papéis de género tradicionais e os comportamentos antecipados como prováveis face a conflitos relativos à desigualdade de género?

No que se refere à primeira questão de investigação, foram realizadas análises de correlação entre a conformidade aos papéis de género tradicionais - medida através de instrumento de autorrelato - e o impacto emocional percebido nas situações de conflito associadas à desigualdade de género - medidos através da perceção de rejeição pelo parceiro e da perceção de vergonha ou inferioridade no instrumento projetivo. Os

resultados (ver tabela 1) revelam que a conformidade com os papéis de género se correlaciona negativamente, quer com a perceção de ameaça à relação, quer com a perceção de ameaça ao valor próprio. Ou seja, quanto menor for a conformidade com os papéis de género tradicionais, maior será a perceção de ameaça à relação e ao valor próprio, percebidas pelas em situações de conflito associados à desigualdade de género.

Tabela 1. Correlação de Pearson entre a conformidade com os papéis de género tradicionais, ameaça à relação e ameaça ao valor próprio

	Ameaça à relação	Ameaça ao valor próprio
Conformidade com papéis de género tradicional	-.353*	-.389*

Nota: Os valores apresentam coeficientes de correlação de *Pearson* (r)*; $p < .0001$; ns = não significativo

No que concerne à segunda questão de investigação os resultados revelam que a conformidade com papéis de género tradicionais se correlaciona significativamente com os comportamentos antecipados como prováveis face a conflitos associados à desigualdade de género. As análises evidenciaram (ver tabela 2), mais concretamente que, quanto menor a conformidade maior a probabilidade percebida de recurso às seguintes estratégias: estratégias agressivas, estratégias de protesto e desvalorização. Quanto à utilização de estratégias neutras, estas não se correlacionam significativamente com a conformidade com papéis de género tradicionais.

Tabela 2. Correlação de Pearson entre a conformidade com papéis de género, estratégias agressivas, estratégias de protesto, estratégias de desvalorização e estratégias neutras.

	Estratégias agressivas	Estratégias de protesto	Estratégias de desvalorização	Estratégias neutras
Conformidade com papéis de género	-.335*	-.371*	-.463*	-.079 ns

Nota: Os valores apresentam coeficientes de correlação de *pearson* (r); * $p < .05$; ns = não significativo

Em relação às explicações seleccionadas pelas participantes, em situações de utilização de violência, a análise conduzida (ver tabela 3) mostra que a menor conformidade com os papéis de género tradicionais está negativamente correlacionada

com a atribuição da violência motivos a causas externas e ao comportamento machista do parceiro.

Tabela 3. *Correlação de Pearson entre a conformidade com papéis de género, atribuição a causas externas e atribuição ao parceiro*

	Atribuição a causas externas	Atribuição ao comportamento machista do parceiro
Conformidade com papéis de género tradicionais	-.193*	-.720*

Nota: Os valores apresentam coeficientes de correlação de *pearson* (r)*; $p < .05$; ns = não significativo

Discussão

Como referido anteriormente, a investigação existente sobre o fenómeno de VRI foca-se, quase em exclusivo, na violência praticada pelos indivíduos do sexo masculino. Esta lacuna na investigação faz com que pouco se saiba sobre a VRI praticada pelas mulheres, fenómeno que sendo pouco compreendido se torna de difícil intervenção e prevenção (Orcutt et al., 2005).

O presente estudo foi realizado com o objetivo de contribuir para colmatar esta lacuna e de explorar o fenómeno da VRI tomando a perspetiva das mulheres como agressoras. Para isso, as análises levadas a cabo focaram-se na identificação das estratégias de resolução de conflito antecipadas como mais prováveis face a situações de conflito que envolvem questões relativas aos papéis de género e/ou que podem ser percebidas como transgressões aos papéis de género tradicionais, bem como na exploração de quais os motivos apontados para explicar respostas violentas. Procurou-se ainda explorar a associação destas respostas com a conformidade para com papéis de género tradicionais e com a percepção de ameaça (ao valor próprio e à relação).

Relativamente às análises efetivadas para analisar o impacto relativo – emoções e percepção de ameaça ao valor próprio e a relação - das situações de conflito associadas à desigualdade de género, um dos dados mais interessantes respeita ao impacto significativamente mais elevado dos cenários quatro, relativo ao acesso/progressão profissional, e cinco (relativos à crítica/controlado exercido sobre a mulher e a sua imagem e à responsabilização da própria pelo assédio), quando comparados com os restantes cenários; acresce ainda a ausência de diferenças no impacto destes entre si. Como

possíveis explicações para este resultado avança-se o facto de que as situações relacionadas com a desigualdade de oportunidades no acesso a cargos qualificados ou de poder, quer as questões relacionadas com o assédio e, consequente, responsabilização da mulher, serem amplamente debatidos no espaço mediático social. O facto de este tipo de situações fazer parte da *ordem do dia* a respeito da desigualdade de género, poderá tornar as mulheres mais sensíveis a situações desse género. Por conseguinte, quando confrontadas com uma destas situações tornar-se-á mais fácil que estas sejam identificadas ou percebidas como de desigualdade de género (Daly, 2005).

Quanto à questão que pretendia perceber se a percepção do impacto dos conflitos íntimos que envolvem questões associadas à desigualdade de género estaria associada à maior ou menor conformidade com papéis de género tradicionais, pode-se concluir que a menor conformidade com os papéis de género tradicionais se correlaciona com a percepção de maior ameaça quer ao valor próprio, quer à relação. Este resultado vai de encontro com a literatura que defende que quando os indivíduos apresentam menor conformidade com as normas sociais e culturais impostas, o seu sentimento de pertença é mais baixo, o que neste caso poderá ser traduzido em maior percepção de ameaça ao valor próprio e ameaça à relação (Cinamon & Rich, 2002; Duncan, Peterson, & Winter, 1997). A investigação tende a sugerir que para mulheres que apresentam maior conformidade com papéis de género tradicionais efeito tende a observar-se um progressivo efeito de normalização e legitimação, em que situações de desigualdade são *lidas* à luz de tradições e valores tradicionalmente convencionados e percebidos como válidos e legítimos (Cinamon & Rich, 2002; Duncan, Peterson, & Winter, 1997). O que poderá explicar a menor reactividade emocional e percepção de ameaça. Este dado poderá também explicar a razão pela qual o cenário dois (cenário neutro) e o cenário três (relativo à divisão de tarefas domésticas), não apresentaram diferenças entre si no que diz respeito à percepção de ameaça ao valor próprio.

No que concerne à questão cujo propósito era analisar a associação entre a maior ou menor conformidade com os papéis de género tradicionais e os comportamentos antecipados como prováveis face a conflitos relativos a transgressões aos papéis de género tradicionais, os principais resultados mostraram que quanto menor a conformidade com estes papéis mais as mulheres antecipam o recurso a estratégias agressivas, de protesto, mas também de desvalorização. As estratégias de desvalorização são as que, com maior magnitude, se associam com a não conformidade. Estes resultados sugerem que, em situações de desigualdade de género, mesmo quando as

mulheres demonstram menor conformidade com os papéis de género, a estratégia que parece predominar é a desvalorização. Isto poderá ser indicativo que em situações de desigualdade de género o primeiro impulso das mulheres é a fuga e distanciar-se do parceiro, o que configura ainda uma atitude de submissão que tende a predominar na socialização tradicional à luz da norma patriarcal. Este resultado, é em certa medida contraditório e não acompanha a literatura existente sobre o fenómeno, que sugere que as mulheres praticam VRI como forma de resistência contra uma sociedade patriarcal (Jimenez & Walkerdine, 2011). Estes resultados parecem assim sugerir que, apesar da posição assumida ser de não conformidade, o comportamento pode ainda assim tender à manutenção da prescrição de uma maior submissão feminina e portanto uma discrepância entre uma adesão ao *ideal* da igualdade e a cedência comportamental à pressão social.

Também as estratégias agressivas e de protesto são apontadas como estratégias que a personagem utilizaria na situação descrita, sendo que, as estratégias agressivas são as que se apresentam com menos correlação com a conformidade. Mais uma vez, este dado vem mostrar que apesar de existir uma correlação entre a menor/maior conformidade com os papéis de género tradicionais e a utilização de estratégias agressivas, esse tipo de estratégias não parece ser a forma privilegiada como as mulheres responderiam ou atuariam numa situação de desigualdade.

Ainda na tentativa de responder à segunda questão de investigação foi conduzida uma análise que demonstrou existir uma correlação entre a conformidade com os papéis de género tradicionais e a atribuição de responsabilidade ao comportamento machista do homem. Isto significa que, as mulheres identificam os comportamentos machistas, dos homens, como a razão pela qual, por vezes, poderão ser utilizadas estratégias agressivas. Isto poderá dever-se ao facto de que quando as mulheres apresentam menor conformidade com os papéis de género, as situações de desigualdade sejam mais ativadoras. De salientar que a identificação da causa do ato violento não é apresentada como forma de desculpar ou minimizar o comportamento violento.

Apesar destes dados serem importantes para a compreensão do fenómeno, é preciso ter em conta que vários fatores metodológicos poderão ter limitado os resultados obtidos. O facto de o protocolo de recolha de dados ser extenso pode fazer com que os dados tenham sofrido do efeito de fadiga. Para além disso, a amostra recolhida não garante que o fenómeno de VRI esteja representado em toda a sua complexidade. Também o facto de se terem utilizado instrumentos de autorrelato poderá fazer com que

as participantes tenham respondido tendo em conta alguma desejabilidade social. Este efeito tentou ainda assim ser contornado com o recurso ao instrumento de inspiração projetiva, que coloca as mulheres perante cenários

No entanto, este estudo é importante para a compreensão da VRI, tendo como ponto de partida a mulher agressora. Contribui, deste modo, para um conhecimento mais aprofundamento do fenómeno, focando-se na forma como a menor/maior conformidade com os papéis de género tradicionais influencia as estratégias que as mulheres utilizam em situações de desigualdade.

Os estudos realizados com o objetivo de compreender o fenómeno de violência íntima perpetrada contra os homens, poderá ajudar à realização de campanhas de intervenção, incluindo campanhas de prevenção primária, tornando a sociedade e a opinião pública mais sensível a estes casos.

Para estudos futuros, seria interessante explorar que situações de desigualdade são mais ativadoras para as mulheres, recorrendo a mais cenários que representassem múltiplas ocorrências de desigualdade. Seria igualmente importante efetuar um estudo em que a amostra fosse constituída por mulheres identificadas como agressoras para tentar perceber quais as reais razões que as levaram a agredir o companheiro.

Referências Bibliográficas

- Addis, M. E., & Mahalik, J. R. (2003). Men, masculinity, and the contexts of help seeking. *American Psychologist*, 58(1), 5–14. <http://doi.org/10.1037/0003-066X.58.1.5>
- Ali, P. A., & Naylor, P. B. (2013). Intimate partner violence: A narrative review of the feminist, social and ecological explanations for its causation. *Aggression and Violent Behavior*, 18(6), 611–619. <http://doi.org/10.1016/j.avb.2013.07.009>
- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126(5), 651–680. <http://doi.org/10.1037/0033-2909.126.5.651>
- Babcock, J. C., Miller, S. A., & Siard, C. (2003). Toward a typology of abusive women: Differences between partner-only and generally violent women in the use of violence. *Psychology of Women Quarterly*, 27(2), 153–161. <http://doi.org/10.1111/1471-6402.00095>
- Babcock, J. C., Waltz, J., Jacobson, N. S., & Gottman, J. M. (1993). Power and violence: The relation between communication patterns, power discrepancies, and domestic violence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61(1), 40–50. <http://doi.org/10.1037/0022-006X.61.1.40>
- Caldwell, J. E., Swan, S. C., Allen, C. T., Sullivan, T. P., & Snow, D. L. (2009). Why I hit him: Women's reasons for intimate partner violence. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 18(7), 672–697. <http://doi.org/10.1080/10926770903231783>
- Caridade, S., & Machado, C. (2013). Violência nas relações juvenis de intimidade: uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *Psicologia*, 26(1), 91–113.
- Celeste Walley-Jean, J., & Swan, S. (2009). Motivations and justifications for partner aggression in a sample of african american college women. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 18(7), 698–717. <http://doi.org/10.1080/10926770903231759>
- Cinamon, R. G., & Rich, Y. (2002). Gender differences in the importance of work and family roles : Implications for work – family conflict. *Sex Roles*, 47.
- Clark, M. L., Beckett, J., Wells, M., & Dungee-Anderson, D. (1994). Courtship violence among african american college students. *Journal of Black Psychology*, 20(3), 264–281. <http://doi.org/10.1177/0146167299025006006>

- Daly, M. (2005). Gender mainstreaming in theory and practice, 433–450.
<http://doi.org/10.1093/sp/jxi023>
- Day, V. P., Elaine, L., Telles, B., Zoratto, P. H., Regina, M., Azambuja, F., ...
 Teyresite, A. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista Psiquiatria*, 25, 9–21.
- DJPG. (2018). Direção-Geral da Política da Justiça. Retrieved from
https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Violencia_domestica.aspx
- Duncan, L. E., Peterson, B. E., & Winter, D. G. (1997). Authoritarianism and gender roles: Toward a psychological analysis of hegemonic relationships. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23(1), 41–49.
<http://doi.org/10.1177/0146167297231005>
- Felson, R. B. (2010). Academic apartheid: Segregation in the study of partner violence. *Partner Abuse*, 1(1), 61–81. <http://doi.org/10.1891/1946-6560.1.1.61>
- Felson, R. B., & Messner, S. F. (2000). The control motive in intimate partner violence. *Social Psychology Quarterly*, 63(1), 86. <http://doi.org/10.2307/2695883>
- Gilbert, P. (2003). Evolution, social roles, and the differences in shame and guilt. *Social Research*, 1205–1230.
- Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Souza, A. J., & Coelho, T. M. F. (2007).
 Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração.
Acta Paulista de Enfermagem, 20(4), 504–508.
- Graham-Kevan, N., & Archer, J. (2009). Control tactics and partner violence in heterosexual relationships. *Evolution and Human Behavior*, 30(6), 445–452.
<http://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2009.06.007>
- Harvey, A., Garsia-Moreno, C., & Butchart, A. (2007). Primary prevention of intimate-partner violence and sexual violence: Background paper for WHO expert meeting. *Injury Prevention*, 1–38. <http://doi.org/10.1007/s13398-014-0173-7.2>
- Hines, D. A., Brown, J., & Dunning, E. (2007). Characteristics of callers to the domestic abuse helpline for men. *Journal of Family Violence*, 22(2), 63–72.
<http://doi.org/10.1007/s10896-006-9052-0>
- Hines, D. A., & Douglas, E. M. (2009). Women's use of intimate partner violence against men: Prevalence, implications, and consequences. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma*, 18(6), 572–586.

- <http://doi.org/10.1080/10926770903103099>
- Hines, D., & Douglas, E. (2010). Intimate terrorism by women towards men: does it exist? *Journal of Aggression, Conflict and Peace Research*, 2(3), 36–56.
<http://doi.org/10.5042/jacpr.2010.0335>
- INE. (2016). Portal do Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCo d=0008154&contexto=pgi&selTab=tab10
- Jimenez, L., & Walkerdine, V. (2011). A psychosocial approach to shame, embarrassment and melancholia amongst unemployed young men and their fathers. *Gender and Education*, 23(2), 185–199.
<http://doi.org/10.1080/09540253.2010.490202>
- Kimmel, M. S. (2002). “Gender symmetry” in domestic violence: A substantive and methodological research review. *Violence Against Women*, 8(11), 1332–1363.
<http://doi.org/10.1177/107780102237407>
- Krantz, G. (2002). Violence against women: A global public health issue! *Journal of Epidemiology and Community Health*, 56(4), 242–243.
<http://doi.org/10.1136/jech.56.4.242>
- Krug, E. G., Mercy, J. A., Dahlberg, L. L., & Zwi, A. B. (2002). The world report on violence and health. *The Lancet*, 360(9339), 1083–1088.
[http://doi.org/10.1016/S0140-6736\(02\)11133-0](http://doi.org/10.1016/S0140-6736(02)11133-0)
- Machado, A., & Matos, M. (2012). Homens de quem não se fala: As vítimas esquecidas da violência na intimidade. *Psiquiatria, Psicologia e Justiça*, (5), 5–28. Retrieved from <http://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-84910662470&partnerID=tZOtx3y1>
- Makepeace, J. M. (1986). Gender differences in courtship violence victimization. *Family Relations*, 35(3), 383–388. <http://doi.org/10.2307/584365>
- Mandelbaum, B., Schraiber, L. B., & D’Oliveira, A. F. P. L. (2016). Violência e vida familiar: abordagens psicanalíticas e de gênero. *Saúde e Sociedade*, 25(2), 422–430. <http://doi.org/10.1590/S0104-12902016145768>
- Mcneely, R. I., Cook, P. W., & Torres, J. B. (2008). Is domestic violence a gender issue, or a human issue? *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 4(4), 227–251. http://doi.org/10.1300/J137v04n04_02

- Melton, H. C., & Belknap, J. (2003). He hits , she hits - Assessing gender differences and intimate partner violence. *Criminal Justice and Behavior*, 30(3), 328–348. <http://doi.org/10.1177/0093854803252356>
- O’Leary, K. D. (2000). Are women really more aggressive than men in intimate relationships? Comment on Archer (2000). *Psychological Bulletin*, 126(5), 685–689. <http://doi.org/10.1037/0033-2909.126.5.685>
- Orcutt, H. K., Garcia, M., & Pickett, S. M. (2005). Female-Perpetrated intimate partner violence and romantic attachment style in a college student sample. *Violence and Victims*, 20(3), 287–302. <http://doi.org/10.1891/vivi.20.3.287>
- Simmons, C. a, Lehmann, P., Cobb, N., & Fowler, C. R. (2005). Female perpetrators of intimate abuse. *Journal of Offender Rehabilitation*, 41(4), 63–81. <http://doi.org/10.1300/J076v41n04>
- Simonelli, C. J., & Ingram, K. M. (1998). Psychological distress among men experiencing physical and emotional abuse in heterosexual dating relationships. *Journal of Interpersonal Violence*, 13(6), 667–681.
- Stets, J. E., & Straus, M. A. (1989). The marriage license as a hitting license: A comparison of assaults in dating, cohabiting, and married couples. *Journal of Family Violence*, 4(2), 161–180. <http://doi.org/10.1007/BF01006627>
- Straus, M. A. (2009). Why the overwhelming evidence on partner physical violence by women has not been perceived and is often denied. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma*, 18(6), 552–571. <http://doi.org/10.1080/10926770903103081>
- Walker, J., Ashby, J., Gredecki, N., & Tarpey, E. (2018). Gender representations of female perpetrators of intimate partner violence. *Journal of Aggression, Conflict and Peace Research*, 10(3), 170–180. <http://doi.org/10.1108/JACPR-02-2017-0273>